

## **KIT COMÉRCIO**

**1º - Decreto Estadual nº 9.653 de 19 de abril de 2020.**

**2º - Nota Técnica nº 01/2020 da Secretaria Municipal de Saúde.**

**3º Decreto Municipal nº 125 de 20 de Abril de 2020.**

**4º Relação do que pode ou não funcionar pelas normas dos novos decretos.**

**5º Requerimento empresarial para funcionamento excepcional de acordo com o Plano de Ação para abertura do estabelecimento durante a pandemia. (empresário terá que preencher, assinar e protocolar no Departamento Municipal de Vigilância Sanitária.**



# Diário Oficial

## Estado de Goiás

GOIÂNIA, DOMINGO, 19 DE ABRIL DE 2020

ANO 183 - DIÁRIO OFICIAL/GO - Nº 23.284

### EDIÇÃO EXTRA

#### ATOS DO PODER EXECUTIVO

##### DECRETO Nº 9.653, DE 19 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o que consta do Processo nº 202000003003098 e considerando:

- que o Estado de Goiás decretou a situação de emergência em saúde pública por meio do Decreto nº 9.633, de 13 de março de 2020;

- o propósito e abrangência do Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020, de prevenir, proteger, controlar e dar uma resposta de saúde pública contra a propagação internacional de doenças, de maneiras proporcionais e restritas aos riscos para a saúde pública, e que evitem interferências desnecessárias com o tráfego e o comércio internacionais;

- o plano estratégico para Política de Enfrentamento aos efeitos da Pandemia COVID-19 apresentado pela Universidade Federal de Goiás, Instituto Mauro Borges, Secretarias de Estado da Economia, da Saúde e de Desenvolvimento e Inovação;

- a nota técnica nº 7/2020 emitida pela Secretaria de Estado da Saúde que dispõe sobre as medidas de prevenção e controle de ambientes e pessoas para evitar a contaminação e propagação do novo coronavírus durante o funcionamento das atividades econômicas liberadas das medidas restritivas; e

- a recente decisão do Supremo Tribunal Federal que assegurou aos Governos Estaduais, Distrital e Municipal, no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus territórios, competência para a adoção ou manutenção de medidas restritivas durante a pandemia da COVID-19,

##### DECRETA:

Art. 1º Fica reiterada a situação de emergência na saúde pública no Estado de Goiás pelo prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, tendo em vista a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN, decorrente da doença pelo novo coronavírus COVID-19, nos termos da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministro de Estado da Saúde.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no *caput* deste artigo poderá ser prorrogado em caso de comprovada necessidade, com adoção de medidas de maior flexibilização ou restrição, conforme avaliação de risco baseada nas ameaças (fatores externos) e vulnerabilidades (fatores internos) de cada local, até que a Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional esteja encerrada.

Art. 2º Para o enfrentamento da emergência em saúde decorrente do coronavírus, permanecem suspensas as atividades econômicas organizadas para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

§ 1º São consideradas essenciais e não se incluem nas atividades com suspensão prevista neste artigo:

I - farmácias, clínicas de vacinação, óticas, laboratórios de análises clínicas e unidades de saúde, públicas ou privadas, exceto as de cunho exclusivamente estético;

II - cemitérios e serviços funerários;

III - distribuidores e revendedores de gás e postos de combustíveis;

IV - supermercados e congêneres, ficando expressamente vedado o consumo de gêneros alimentícios e bebidas no local;

V - hospitais veterinários e clínicas veterinárias, incluindo os estabelecimentos comerciais de fornecimento de insumos e gêneros alimentícios pertinentes à área;

VI - estabelecimentos comerciais que atuem na venda de produtos agropecuários;

VII - agências bancárias e casas lotéricas, conforme disposto na legislação federal;

VIII - produtores e/ou fornecedores de bens ou de serviços essenciais à saúde, à higiene e à alimentação;

IX - estabelecimentos industriais de fornecimento de insumos/produtos e prestação de serviços essenciais à manutenção da saúde ou da vida humana e animal;

X - serviços de *call center* restritos às áreas de segurança, alimentação, saúde, telecomunicações e de utilidade pública;

XI - atividades econômicas de informação e comunicação;

XII - segurança privada;

XIII - empresas do sistema de transporte coletivo e privado, incluindo as empresas de aplicativos e transportadoras;

XIV - empresas de saneamento, energia elétrica e telecomunicações;

XV - hotéis e correlatos, para abrigar aqueles que atuam na prestação de serviços públicos ou privados considerados essenciais ou para fins de tratamento de saúde, devendo ser respeitado o limite de 65% (sessenta e cinco por cento) da capacidade de acomodação, ficando autorizado o uso de restaurantes exclusivamente para os hóspedes, devendo ser observadas, no que couber, as regras previstas no art. 6º deste Decreto, e protocolos específicos estabelecidos no Anexo 3 do Relatório de Assessoramento Estratégico - Anexo Único deste Decreto;

XVI - atividades de extração mineral;

XVII - concessionárias de veículos automotores e motocicletas, autopeças, motopeças, oficinas mecânicas e borracharias;

XVIII - estabelecimentos que estejam produzindo, exclusivamente, equipamentos e insumos para auxílio no combate à pandemia da COVID-19;

XIX - escritórios de profissionais liberais, vedado o atendimento presencial ao público;

XX - feiras livres de hortifrúgras, desde de que observadas as boas práticas de operação padronizadas pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, vedados o funcionamento de restaurantes e praças de alimentação, o consumo de produtos no local e a disponibilização de mesas e cadeiras aos frequentadores;

XXI - atividades administrativas das instituições de ensino públicas e privadas;

XXII - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

XXIII - construção civil, bem como os estabelecimentos comerciais e industriais que lhes forneçam os respectivos insumos;

XXIV - atividades comerciais e de prestação de serviço mediante entrega e *drive thru*;

XXV - atividades destinadas à manutenção, à conservação do patrimônio e ao controle de pragas urbanas;

XXVI - atividades de suporte, manutenção e fornecimento de insumos necessários à continuidade dos serviços públicos e das demais atividades excepcionadas de restrição de funcionamento;

XXVII - atividades de lava a jatos e lavanderias;

XXVIII - salões de beleza e barbearias, com redução de 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade instalada;

XXIX - empresas de vistoria veicular;

XXX - restaurantes e lanchonetes instalados em postos de combustíveis, desde que situados às margens de rodovia, devendo ser respeitada a distância mínima de 2 (dois) metros entre os usuários;

XXXI - o transporte aéreo e rodoviário de cargas, o transporte intermunicipal de passageiros, inclusive por meio de aplicativos, o transporte interestadual de passageiros, ficando restrita a última hipótese para suporte das atividades econômicas cujo funcionamento total ou parcial está autorizado por este Decreto;

XXXII - cartórios extrajudiciais, ressalvados os de protesto, desde que observadas as normas editadas pela Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás; e

XXXIII - atividades de organizações religiosas, nos termos do disposto no art. 15 deste Decreto.

§ 2º As salas de espera e recepções dos estabelecimentos mencionados neste artigo devem ser organizadas para garantir a distância mínima de 2 (dois) metros entre os usuários.

§ 3º Também não se incluem na suspensão de atividades determinadas por este artigo as atividades essenciais previstas no Anexo 2 do Relatório de Assessoramento Estratégico - Anexo Único deste Decreto, conforme as condições nele determinadas.

§ 4º Além das normas e protocolos estabelecidos neste Decreto, as atividades econômicas observarão os protocolos estabelecidos por atos dos titulares dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta, responsáveis pelo acompanhamento e pela execução política pública relacionada à respectiva atividade econômica.

§ 5º As atividades econômicas liberadas deverão também observar as normas específicas para o combate da COVID-19 editadas por conselhos profissionais das profissões regulamentadas.

§ 6º As atividades industriais liberadas, incluindo mineração e construção civil, deverão, diariamente, aferir a temperatura de seus funcionários com termômetro infravermelho sem contato, impedindo a entrada daqueles que estejam em estado febril.

Art. 3º Ficam também suspensos:

I - todos os eventos públicos e privados de quaisquer natureza, inclusive reuniões em áreas comuns de condomínios, utilização de churrasqueiras, quadras poliesportivas e piscinas;

II - a visitação a presídios e a centros de detenção para menores, ressalvadas as condições previstas no parágrafo único deste artigo;

III - a visitação a pacientes internados com diagnóstico de coronavírus, ressalvados os casos de necessidade de acompanhamento a crianças;

IV - atividades de clubes recreativos e parques aquáticos; e

V - aglomeração de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques e praças.

Parágrafo único. A visitação a presídios e a centros de detenções para menores poderá ser permitida por ato da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, que, de acordo com suas competências, estabelecerão os critérios a serem observados.

Art. 4º Os municípios, no exercício de sua competência concorrente, desde que fundamentados em nota técnica da autoridade sanitária local, respaldada em avaliação de risco epidemiológico diário das ameaças (fatores como a incidência, mortalidade, letalidade etc.) e vulnerabilidades (fatores como disponibilidade de testes, leitos com respiradores, recursos humanos e equipamentos de proteção individual), poderão, sob sua responsabilidade sanitária, impor restrições adicionais ou flexibilizar as existentes para a abertura de atividades econômicas, ou sociais, ou particulares, estabelecidas nos artigos 2º e 3º deste Decreto, desde que:

I - refiram-se a atividade econômica exercida por microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais; e

II - observem as restrições previstas no art. 6º deste Decreto.

Parágrafo único. Nas hipóteses em que houver aumento de casos notificados de infecção por COVID-19 em quantidade capaz de colocar em risco a capacidade de atendimento hospitalar da região, o Estado poderá intervir adotando novas medidas de restrição.

Art. 5º Em razão do previsto no art. 1º deste Decreto, o Estado de Goiás adotará, entre outras, as seguintes medidas administrativas necessárias ao enfrentamento da situação de emergência:

I - dispensa de licitação para a aquisição de bens e serviços, de acordo com o previsto no inciso IV do art. 24 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II - requisição de bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, com justa indenização, conforme dispõe o inciso XIII do art. 15 da Lei federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;

III - determinação, nos termos do art. 3º, inciso III, da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, da realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos; e

IV - contratação de pessoal, por prazo determinado, para atendimento de excepcional necessidade temporária de interesse público, nos termos da Lei nº 13.664, de 27 de julho de 2000.

§ 1º É dispensada a apreciação do Comitê Gestor previsto no Decreto nº 9.376, de 2 de janeiro de 2019, quando se tratar de despesas a serem realizadas para o cumprimento das ações relativas à situação de emergência, devendo a Controladoria-Geral do Estado acompanhar cada processo.

§ 2º A delegação de competência prevista no Decreto nº 9.429, de 16 de abril de 2019, fica transferida ao Secretário de Estado da Saúde para autorizar, no âmbito de sua pasta, a realização de contratos, convênios, acordos e ajustes de qualquer natureza, inclusive aditivos, cujos valores ultrapassem R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), quando se tratar de objeto relacionado à situação de emergência.

|   |   |   |
|---|---|---|
|  <p><b>Estado de Goiás</b><br/>Imprensa Oficial do Estado de Goiás</p> |  <p><b>abc</b><br/>AGÊNCIA BRASIL CENTRAL</p> <p>Rua SC-1, nº 299 - Parque Santa Cruz<br/>CEP: 74.860-270 - Goiânia - Goiás<br/>Fones: 3201-7639 / 3201-7623 / 3201-7663<br/>www.abc.go.gov.br</p> | <p><b>Diretoria</b></p> <p><b>José Roberto Borges da Rocha Leão</b><br/>Presidente</p> <p><b>Clebiana Pimenta Gouvêa Cruz</b><br/>Diretora de Gestão Integrada</p> <p><b>Euliebem José Barbosa</b><br/>Diretor de Telerrádiodifusão, Imprensa Oficial e Site</p> <p><b>Previsto Custódio dos Santos</b><br/>Gerente de Imprensa Oficial e Mídias Digitais</p> |
|---|---|---|



§ 3º Fica determinada, pelo prazo estabelecido no art. 1º deste Decreto, a requisição administrativa do Hospital do Servidor Público, localizado na avenida Bela Vista, nº 2.333, Parque Acalanto, em Goiânia-GO, bem como dos equipamentos e dos materiais que venham a guarnece-lo.

Art. 6º Os estabelecimentos cujas atividades foram excetuadas por este Decreto, sem prejuízo de adoção de protocolos específicos previstos no Anexo 3 do Relatório de Assessoramento Estratégico - Anexo Único deste Decreto, devem:

I - vedar o acesso aos seus estabelecimentos de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscaras de proteção facial;

II - disponibilizar preparações alcoólicas a 70% (setenta por cento) para higienização das mãos, principalmente nos pontos de maior circulação de funcionários e usuários (recepção, balcões, saídas de vestiários, corredores de acessos às linhas de produção, refeitório, área de vendas, etc.);

III - intensificar a limpeza das superfícies dos ambientes com detergente neutro (quando o material da superfície permitir), e, após, desinfecção com álcool 70% (setenta por cento) ou solução de água sanitária 1% (um por cento), ou outro desinfetante autorizado pelo Ministério da Saúde, conforme o tipo de material;

IV - desinfetar com álcool 70% (setenta por cento), várias vezes ao dia, os locais frequentemente tocados como: maçanetas, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, corrimões, controle remoto, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

V - disponibilizar locais para a lavagem adequada das mãos: pia, água, sabão líquido, papel toalha no devido suporte e lixeiras com tampa e acionamento de pedal;

VI - manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar-condicionado limpos (filtros e dutos);

VII - manter os ambientes arejados por ventilação natural (portas e janelas abertas) sempre que possível;

VIII - garantir a distância mínima de 2 (dois) metros entre os funcionários, inclusive nos refeitórios, com a possibilidade de redução para até 1 (um) metro no caso de utilização de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs que impeçam a contaminação pela COVID-19;

IX - nos estabelecimentos nos quais haja consumo de alimentos, mesmo que em refeitórios para funcionários:

a) manter a distância mínima de 2 (dois) metros entre os usuários;

b) deixar de utilizar serviços de autoatendimento, evitando o compartilhamento de utensílios como colheres e pegadores, podendo, alternativamente, selecionar pessoas que sirvam a refeição, ou utilizar o fornecimento de marmitas, desde que sigam as normas de boas práticas de fabricação de alimentos; e

c) disponibilizar locais para a lavagem adequada das mãos: pia, água, sabão líquido, papel toalha no devido suporte, lixeiras com tampa e acionamento de pedal ou lixeiras sem tampa;

X - fornecer materiais e equipamentos suficientes para que não seja necessário o compartilhamento, por exemplo, de copos, utensílios de uso pessoal, telefones, fones, teclados e *mouse*;

XI - evitar reuniões de trabalho presenciais;

XII - estimular o uso de recipientes individuais para o consumo de água, evitando, assim, o contato direto da boca com as torneiras dos bebedouros;

XIII - adotar trabalho remoto, sistemas de escalas, revezamento de turnos e alterações de jornadas, quando o exercício da função pelos funcionários permitir, para reduzir contatos e aglomerações;

XIV - adotar as recomendações atuais de isolamento domiciliar, sempre que possível, para os profissionais com 60 (sessenta) ou mais anos de idade, profissionais com histórico de doenças respiratórias, crônicas, oncológicas, degenerativas e profissionais grávidas;

XV - fornecer orientações impressas aos funcionários quanto: a higienização das mãos com água e sabão líquido sempre que chegar ao local de trabalho, antes das refeições, após tossir, espirrar ou usar o banheiro; a utilização de transporte público coletivo com uso de máscara de proteção facial bem como higienização das mãos sempre que deixar o transporte coletivo; a evitar tocar os olhos, nariz ou boca após tossir ou espirrar ou após contato com superfícies;

XVI - garantir que suas políticas de licença médica sejam flexíveis e consistentes com as diretrizes de saúde pública e que os funcionários estejam cientes dessas políticas, devendo ser observadas, especialmente, as seguintes diretrizes:

a) ao apresentarem sintomas como febre, tosse, produção de escarro, dificuldade para respirar ou dor de garganta, os funcionários devem ser orientados a procurar atendimento médico para avaliação e investigação diagnóstica e afastados do trabalho por 14 dias, ressalvada a possibilidade de teletrabalho;

b) o retorno ao trabalho do funcionário afastado nos termos da alínea "a" deste inciso deve ocorrer quando não apresentar mais sinais de febre e outros sintomas por pelo menos 72 (setenta e duas) horas, devendo ser considerado também o intervalo mínimo de 7 (sete) dias após o início dos sintomas, sem o uso de medicamentos para redução da febre ou outros medicamentos que alteram os sintomas (por exemplo, supressores da tosse), ou apresentar teste negativo ao teste rápido sorológico se assintomático, devendo usar máscara até o final dos 14 (quatorze dias); e

c) notificação ao Centro de Informações Estratégicas e Resposta em Vigilância em Saúde (<http://notifica.saude.gov.br/>) estadual em caso de funcionário afastado do trabalho com sintomas relacionados ao COVID-19;

XVII - observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública;

XVIII - estabelecer isolamento, pelo prazo de 14 (quatorze) dias, de trabalhadores recentemente admitidos e que residiam em outras unidades da Federação, os quais deverão ser submetidos a testes rápidos ao final do período; e

XIX - implementar medidas para impedir a aglomeração desordenada de consumidores, usuários, funcionários e terceirizados, inclusive no ambiente externo do estabelecimento.

Art. 7º As empresas, bem como os concessionários e os permissionários do sistema de transporte coletivo, além dos operadores do sistema de mobilidade, devem realizar em todo o território do Estado de Goiás:

I - o transporte de passageiros, público ou privado, urbano e rural, sem exceder à capacidade de passageiros sentados; e

II - o transporte coletivo intermunicipal de passageiros, público ou privado, sem exceder à capacidade de passageiros sentados.

Art. 8º Sem prejuízo de todas as recomendações profiláticas e de isolamento social das autoridades públicas, fica determinado a toda a população, quando houver necessidade de sair de casa, a utilização de máscaras de proteção facial, confeccionadas de acordo com as orientações do Ministério da Saúde.

§ 1º À população em geral recomenda-se, preferencialmente, o uso de máscaras caseiras, não o daquelas fabricadas para uso hospitalar.

§ 2º As máscaras caseiras podem ser produzidas segundo as orientações constantes da Nota Informativa nº 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS, disponível na página do Ministério da Saúde na internet: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46645-mascras-caseira-podem-ajudar-na-prevencao-contra-o-coronavirus>.

§ 3º Os fabricantes e os distribuidores de máscaras para uso profissional devem garantir prioritariamente o suficiente abastecimento da rede de assistência e atenção à saúde e, subsidiariamente, dos profissionais dos demais serviços essenciais.

Art. 9º Os Secretários das Secretarias de Estado da Saúde, da Segurança Pública e de Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderão editar atos complementares a este Decreto disciplinando as medidas administrativas a serem adotadas durante a vigência da situação de emergência.

Art. 10. Caberá à Secretaria de Estado de Saúde instituir diretrizes gerais para a execução das medidas a fim de atender as providências determinadas por este Decreto, com a possibilidade, para tanto, de editar normas complementares, em especial, o plano de contingência para a epidemia do novo coronavírus.

Art. 11. A tramitação dos processos sobre assuntos relacionados à matéria tratada neste Decreto se dará em regime de urgência e prioridade em todos os órgãos e entidades da administração pública do Estado de Goiás, que deverão comunicar todos os atos administrativos aos órgãos de controle.

Art. 12. As autoridades administrativas competentes ficam incumbidas de fiscalizar eventual abuso de poder econômico no aumento arbitrário de preços dos insumos e dos serviços relacionados ao enfrentamento da COVID-19, bem como eventual violação do art. 268 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Art. 13. As unidades do Programa Vapt Vupt retomarão, gradativamente, a prestação dos serviços à população, desde que atendidas as condições de segurança e prevenção do contágio pelo novo coronavírus.

§ 1º Para atendimento nas unidades do Programa Vapt Vupt será realizado o revezamento das equipes.

§ 2º Todos os atendimentos nas unidades do Programa Vapt Vupt devem ser realizados por meio de agendamento prévio, com exceção dos atendimentos previstos em ato do Secretário de Estado da Administração.

§ 3º A definição dos serviços a serem retomados, os procedimentos necessários para sua execução, bem como as medidas de segurança e prevenção do contágio pelo novo coronavírus a serem aplicados nas unidades do Programa Vapt Vupt serão definidos por meio de portaria do Secretário de Estado da Administração.

Art. 14. As atividades da construção civil somente poderão ocorrer mediante estabelecimento de horários escalonados de início e fim da jornada, evitando aglomerações nos mencionados períodos e nos intervalos para alimentação.

§ 1º O funcionamento das atividades da construção civil depende também das seguintes obrigações:

I - priorização do afastamento de empregados com condições de risco, assim entendidas: idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, cardiopatias graves ou descompensadas (insuficiência cardíaca, cardiopatia isquêmica); pneumopatias graves ou descompensadas (asma moderada/grave, doença pulmonar obstrutiva crônica); imunodepressão; doenças renais crônicas em estágio avançado (graus 3, 4 e 5); diabetes mellitus, conforme juízo clínico; doenças cromossômicas com estado de fragilidade imunológica e gestação de alto risco;

II - priorização de trabalho remoto para os setores administrativos;

III - adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar o contágio pelo coronavírus no ambiente de trabalho;

IV - utilização de veículos particulares próprios ou alugados, para transporte de trabalhadores, ficando a ocupação de cada veículo limitada a capacidade de passageiros sentados; e

V - observação das normas gerais previstas no art. 6º deste Decreto e protocolo específico estabelecido no Anexo 3 do Relatório de Assessoramento Estratégico - Anexo Único deste Decreto.

Art. 15. As atividades de organizações religiosas, sem prejuízo da observância, no que couber, das normas gerais previstas no artigo 6º deste Decreto, especialmente o uso obrigatório de máscaras, deverão, preferencialmente, ser realizadas por meio de aconselhamento individual, a fim de evitar aglomerações, recomendando-se a adoção de meios virtuais nos casos de reuniões coletivas, e também observar o seguinte:

I - disponibilizar local e produtos para higienização de mãos e calçados;

II - respeitar o afastamento mínimo de 2 (dois) metros entre os membros;

III - vedar o acesso de pessoas do grupo de risco ao estabelecimento, inclusive pessoas com idade superior a 60 (sessenta) anos;

IV - impedir contato físico entre as pessoas;

V - suspender a entrada de fiéis sem máscara de proteção facial;

VI - suspender a entrada de fiéis quando ultrapassar de 30% (trinta por cento) da capacidade máxima do estabelecimento religioso;

VII - realizar a medição da temperatura, mediante termômetro infravermelho sem contato, dos fiéis na entrada do estabelecimento religioso, ficando vedado o acesso daqueles que apresentarem quadro febril; e

VIII - realizar celebrações religiosas em, no máximo 2 (dois) dias por semana, sendo 1 (um) obrigatoriamente aos domingos, ressalvadas as hipóteses do parágrafo único deste artigo, observando horários alternados e intervalos entre eles de, no mínimo duas horas, de modo que não haja aglomerações interna e nas proximidades dos estabelecimentos religiosos.

Parágrafo único. Os cultos, celebrações e reuniões coletivas poderão ser realizados no máximo 1 (uma) vez por semana, aos domingos, nas seguintes localidades:

I - Goiânia;

II - Anápolis;

III - Goianésia;

IV - Pires do Rio;

V - Professor Jamil;

VI - Rialma;

VII - Ceres;

VIII - Rio Verde;

IX - São Luis dos Montes Belos;

X - Itumbiara;

XI - Jataí;

XII - Águas Lindas de Goiás;

XIII - Cidade Ocidental

XIV - Cristalina;

XV - Formosa;

XVI - Luziânia;

XVII - Novo Gama;

XVIII - Santo Antônio do Descoberto; e

XIX - Valparaíso de Goiás.

Art. 16. Os hospitais privados do Estado de Goiás deverão informar à Secretaria de Estado de Saúde, diariamente, o número de leitos gerais e o número de leitos de cuidados intensivos, bem como a ocupação dos mesmos.

Art. 17. As suspensões e flexibilizações de atividades previstas neste Decreto poderão ser revistas a qualquer momento em caso de comprovada necessidade, conforme avaliação de risco baseada nas ameaças (fatores externos) e vulnerabilidades (fatores internos) de cada local, até que a Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional esteja encerrada.

Art. 18. Fica revogado o Decreto nº 9.633, de 13 de março de 2020.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**, em Goiânia, 19 de abril de 2020; 132º da República.

**RONALDO CAIADO**



---

**NOTA TÉCNICA Nº: 01/2020 – GSS - SMS/IPAMERI-GO****CONSIDERANDO:**

- a Declaração da Organização Mundial de Saúde, em 11 de março de 2020, que decreta situação de pandemia, no que se refere à infecção pelo novo Coronavírus;
- a Lei nº.: 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;
- o Decreto nº.: 9633, de 13 de março de 2020, do Governador do Estado de Goiás, que decreta a situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo Coronavírus (2019-nCoV);
- o Decreto nº.: 087, do Município de Ipameri - Goiás, de 16 de março de 2020, que dispõem sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus e dá outras providências;
- o Decreto nº.: 091, do Município de Ipameri – Goiás, de 23 de março de 2020, que declara situação de emergência em saúde pública no município de Ipameri e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo Coronavírus, no âmbito do poder executivo do município de Ipameri e dá outras providências;
- o Decreto nº.: 94, do Município de Ipameri – Goiás, de 25 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública no município de Ipameri, Estado de Goiás, para enfrentamento da pandemia da Covid-19 e dá outras providências;
- a iminência de acionamento de novo nível (nível 3), do Plano de Contingência da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social de Ipameri, conforme recomendação do Ministério da Saúde;



- a necessidade de estruturar a rede de atenção à saúde, a fim de preparar o sistema para o aumento exponencial na demanda de serviços de saúde, provendo acesso integral e qualificado a qualquer indivíduo do estado, com equidade e transparência;
- a delegação da ANVISA à autoridade sanitária estadual para fazer recomendações e restrições de fluxos e acessos de pessoas ou produtos;
- o pedido da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia;
- a recomendação do Comitê de Operações De Emergência em Saúde do Município de Ipameri - Goiás (COES/IPAMERI);
- o Relatório de Assessoramento Estratégico elaborado pelo Instituto Mauro Borges, Secretaria de Estado da Economia de Goiás, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Inovação, Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, Universidade Federal de Goiás;

#### **RECOMENDA:**

1. O uso de máscara facial de proteção para todo e qualquer indivíduo que se retire do ambiente domiciliar para transitar quer seja deambulando, quer em veículo automotivo ou não automotivo, na rua ou em qualquer estabelecimento;
2. A prorrogação da interrupção das atividades presenciais em escolas até dia 30/05/2020;
3. A permissão do funcionamento de estabelecimentos privados de saúde, exceto os com finalidade exclusivamente estética, desde que garantido – obrigatoriamente - o uso de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) para os profissionais e para os pacientes, com intervalos de consultas ou atendimentos que evitem aglomerações de pessoas;



4. A permissão de atividades essenciais e não essenciais, conforme legislação, tipificada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), guardados os princípios de distanciamento visando evitar aglomerações, e garantidos os devidos cuidados de proteção individual e etiquetas de higiene; apoiados nos protocolos que constam no Relatório de Assessoramento Estratégico, que pode ser acessado no link <http://www.saude.go.gov.br/files/coronavirus/relatorioestrategico.pdf>.

  
**FAUZE ABDALA DA SILVA JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Saúde e Promoção Social de Ipameri

**GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL**, aos 20 dias do mês de abril do ano de 2020.



**DECRETO Nº.: 125, DE 20 DE ABRIL DE 2020.**

*“Dispõe sobre a flexibilização do funcionamento de estabelecimentos comerciais e de serviços na vigência do estado de emergência em saúde pública no município de Ipameri, Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19”.*

**A PREFEITA MUNICIPAL DE IPAMERI - ESTADO DE GOIÁS**, no uso das atribuições legais que lhes confere as Constituições da República, a Carta Magna Estadual, a Lei Orgânica do Município de Ipameri, com vista a resguardar o interesse predominante e superior da Administração Municipal;

**CONSIDERANDO** o propósito e abrangência do Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal Nº.: 10.212, de 30 de janeiro de 2020, de prevenir, proteger, controlar e dar uma resposta de saúde pública contra a propagação internacional de doenças, de maneiras proporcionais e restritas aos riscos para a saúde pública, e que evitem interferências desnecessárias com o tráfego e o comércio internacionais;

**CONSIDERANDO** que o Estado de Goiás decretou a situação de emergência em saúde pública por meio do Decreto Nº.: 9.633, de 13 de março de 2020;

**CONSIDERANDO** a decretação de estado de calamidade pelo Município de Ipameri, através do Decreto Municipal de Nº.: 94, de 25 de março de 2020, devidamente aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, nos termos do art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

**CONSIDERANDO** o plano estratégico para Política de Enfrentamento aos efeitos da Pandemia COVID-19 apresentado pela Universidade Federal de Goiás, Instituto Mauro Borges, Secretarias de Estado da Economia, da Saúde e de Desenvolvimento e Inovação;

**CONSIDERANDO** a nota técnica Nº.: 7/2020 emitida pela Secretaria de Estado da Saúde que dispõe sobre as medidas de prevenção e controle de ambientes e pessoas para evitar a contaminação e propagação do novo coronavírus durante o funcionamento das atividades econômicas liberadas das medidas restritivas;



**CONSIDERANDO** a recente decisão do Supremo Tribunal Federal que assegurou aos Governos Estaduais, Distrital e Municipal, no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus territórios, competência para a adoção ou manutenção de medidas restritivas durante a pandemia da COVID-19;

**CONSIDERANDO** a previsão contida no art. 4º do Decreto Estadual de Nº.: 9.653, de 19 de Abril de 2020;

**CONSIDERANDO** a edição da Nota Técnica de Nº.: 001, de 19 de abril de 2020, expedida pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Ipameri;

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica autorizado, no Município de Ipameri, o funcionamento de estabelecimentos comerciais em geral, observadas as medidas sanitárias previstas no art. 2º do presente decreto.

**Art. 2º** - Os estabelecimentos cujas atividades foram excetuadas por este decreto, sem prejuízo da adoção de protocolos específicos, para ter autorizado seu funcionamento, **devem** apresentar Plano de Ação assumindo a responsabilidade pela adoção das seguintes medidas:

I – vedar o acesso aos seus estabelecimentos de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscaras de proteção facial;

II – disponibilizar preparações alcoólicas a 70% (setenta por cento) para higienização das mãos, principalmente nos pontos de maior circulação de funcionários e usuários (recepção, balcões, saídas de vestuários, corredores de acesso, refeitório, áreas de vendas, etc).

III – intensificar a limpeza das superfícies dos ambientes com detergente neutro (quando o material da superfície permitir), e, após, desinfecionar com álcool a 70% (setenta por cento) ou solução de água sanitária a 1% (um por cento), ou outro desinfetante autorizado pelo Ministério da Saúde, conforme o material;

IV - desinfetar com álcool 70% (setenta por cento), várias vezes ao dia, os locais frequentemente tocados como: maçanetas, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, corrimões, controle remoto, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

V - disponibilizar locais para a lavagem adequada das mãos: pia, água, sabão líquido, papel toalha no devido suporte e lixeiras com tampa e acionamento de pedal;

VI - manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar-condicionado limpos (filtros e dutos);



VII - manter os ambientes arejados por ventilação natural (portas e janelas abertas) sempre que possível;

VIII - garantir a distância mínima de 2 (dois) metros entre os funcionários, inclusive nos refeitórios, com a possibilidade de redução para até 1 (um) metro no caso de utilização de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs que impeçam a contaminação pela COVID-19;

IX - nos estabelecimentos nos quais haja consumo de alimentos, mesmo que em refeitórios para funcionários: a) manter a distância mínima de 2 (dois) metros entre os usuários; b) deixar de utilizar serviços de autoatendimento, evitando o compartilhamento de utensílios como colheres e pegadores, podendo, alternativamente, selecionar pessoas que sirvam a refeição, ou utilizar o fornecimento de marmitas, desde que sigam as normas de boas práticas de fabricação de alimentos; e c) disponibilizar locais para a lavagem adequada das mãos: pia, água, sabão líquido, papel toalha no devido suporte, lixeiras com tampa e acionamento de pedal ou lixeiras sem tampa;

X - fornecer materiais e equipamentos suficientes para que não seja necessário o compartilhamento, por exemplo, de copos, utensílios de uso pessoal, telefones, fones, teclados e mouse;

XI - evitar reuniões de trabalho presenciais;

XII - estimular o uso de recipientes individuais para o consumo de água, evitando, assim, o contato direto da boca com as torneiras dos bebedouros;

XIII - adotar trabalho remoto, sistemas de escalas, revezamento de turnos e alterações de jornadas, quando o exercício da função pelos funcionários permitir, para reduzir contatos e aglomerações;

XIV - adotar as recomendações atuais de isolamento domiciliar, sempre que possível, para os profissionais com 60 (sessenta) ou mais anos de idade, profissionais com histórico de doenças respiratórias, crônicas, oncológicas, degenerativas e profissionais grávidas;

XV - fornecer orientações impressas aos funcionários quanto: a higienização das mãos com água e sabão líquido sempre que chegar ao local de trabalho, antes das refeições, após tossir, espirrar ou usar o banheiro; a utilização de transporte público coletivo com uso de máscara de proteção facial bem como higienização das mãos sempre que deixar o transporte coletivo; a evitar tocar os olhos, nariz ou boca após tossir ou espirrar ou após contato com superfícies;

XVI - garantir que suas políticas de licença médica sejam flexíveis e consistentes com as diretrizes de saúde pública e que os funcionários estejam cientes dessas políticas, devendo ser observadas, especialmente, as seguintes diretrizes:

a) ao apresentarem sintomas como febre, tosse, produção de escarro, dificuldade para respirar ou dor de garganta, os funcionários devem ser orientados a procurar atendimento médico para avaliação e investigação diagnóstica e afastados do trabalho por 14 dias, ressalvada a possibilidade de teletrabalho;

b) o retorno ao trabalho do funcionário afastado nos termos da alínea "a" deste inciso deve ocorrer quando não apresentar mais sinais de febre e outros



sintomas por pelo menos 72 (setenta e duas) horas, devendo ser considerado também o intervalo mínimo de 7 (sete) dias após o início dos sintomas, sem o uso de medicamentos para redução da febre ou outros medicamentos que alteram os sintomas (por exemplo, supressores da tosse), ou apresentar teste negativo ao teste rápido sorológico se assintomático, devendo usar máscara até o final dos 14 (quatorze dias); e

c) notificação ao Centro de Informações Estratégicas e Resposta em Vigilância em Saúde (<http://notifica.saude.gov.br/>) estadual em caso de funcionário afastado do trabalho com sintomas relacionados ao COVID-19;

XVII - observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública;

XVIII - estabelecer isolamento, pelo prazo de 14 (quatorze) dias, de trabalhadores recentemente admitidos e que residiam em outras unidades da Federação, os quais deverão ser submetidos a testes rápidos ao final do período; e

XIX - implementar medidas para impedir a aglomeração desordenada de consumidores, usuários, funcionários e terceirizados, inclusive no ambiente externo do estabelecimento.

**Art. 3º** – Fica autorizado o funcionamento de estabelecimentos de profissionais liberais, permitido o atendimento ao público, desde que individualizado, mediante agendamento de horário, sem aglomeração de pessoas, de acordo com as medidas sanitárias impostas pelo art. 2º do presente decreto.

**Art. 4º** - Continuam com suas atividades **SUSPENSAS**:

I - restaurantes, lanchonetes, bares, *food-trucks*, *pit-dogs* e congêneres, tolerado o funcionamento apenas em regime de *delivery* e *drive-thru*, permitido o funcionamento dos estabelecimentos localizados nas margens das rodovias, devendo ser respeitada, nesse caso, a distância mínima de 2 (dois) metros entre os usuários;

II - academias de ginástica, musculação, aeróbica, *crossfit*, artes marciais, natação e dança;

III – clubes recreativos, associações esportivas, spas, saunas, quadras e campos esportivos e congêneres;

**Art. 5º** - Quanto às demais atividades, aplica-se o disposto no Decreto Estadual de Nº.: 9.653, de 19 de Abril de 2020.

**Art. 6º** - Sem prejuízo de todas as recomendações profiláticas e de isolamento social das autoridades públicas, fica determinado a toda a população, quando houver necessidade de sair de casa, a utilização de máscaras de proteção facial, confeccionadas de acordo com as orientações do Ministério da Saúde.



§ 1º À população em geral recomenda-se, preferencialmente, o uso de máscaras caseiras;

§ 2º As máscaras caseiras podem ser produzidas segundo as orientações constantes da Nota Informativa Nº.: 3/2020-CGGAP/ DESF/SAPS/MS, disponível na página do Ministério da Saúde na internet: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46645-mascras-caseira-podem-ajudar-na-prevencao-contr-o-coronavirus>.

§ 3º Os fabricantes e os distribuidores de máscaras para uso profissional devem garantir prioritariamente o suficiente abastecimento da rede de assistência e atenção à saúde e, subsidiariamente, dos profissionais dos demais serviços essenciais.

**Art. 7º** - As flexibilizações e suspensões de atividades previstas neste decreto poderão ser revistas a qualquer momento, em caso de comprovada necessidade, conforme a avaliação de risco baseada nas ameaças (fatores externos) e vulnerabilidades (fatores internos) de cada local, até que a emergência de saúde pública de importância nacional esteja encerrada.

**Art. 8º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, publica-se e cumpre-se.

**GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE IPAMERI – GOIÁS**, aos 20 (vinte) dias do mês de abril de 2020.

**DANIELA VAZ CARNEIRO**  
PREFEITA MUNICIPAL



**ABRE E  
FECHA**

## Confira a atualização do que pode e não pode funcionar:

De acordo com o Decreto Estadual de Nº.: 9.653/2020 e Municipal de Nº.: 125/2020.

### Reuniões e Eventos



- Reuniões e eventos em ambientes públicos ou privados **NÃO PERMITIDO**
- Reuniões de associações **NÃO PERMITIDO**
- Eventos festivos privados **NÃO PERMITIDO**
- Eventos comerciais **NÃO PERMITIDO**

### Artes, Cultura e Diversão



- Casas de espetáculos – teatro **FECHADO**
- Exposições de arte **FECHADO**
- Museus **FECHADO**
- Bibliotecas **FECHADO**
- Salões de festas **FECHADO**
- Casas noturnas **FECHADO**
- Boates **FECHADO**
- Shows **NÃO PERMITIDO**
- Estádios **FECHADO**
- Cinemas **FECHADO**

### Templos religiosos e Congêneres



- Celebrações religiosas presenciais e demais eventos religiosos, filosóficos, sociais e associativos presenciais **ABERTO**

### Jornais e Emissoras de Rádio e TV



- Jornais **ABERTO**
- Emissoras de rádio e TV **ABERTO**

### Clubes, Academias e Congêneres



- Clubes recreativos **FECHADO**
- Clubes de associações **FECHADO**
- Academias de dança **FECHADO**
- Spas **FECHADO**
- Saunas **FECHADO**
- Academias de musculação **FECHADO**
- Academias de natação **FECHADO**
- Quadras Esportivas/Campos **FECHADO**
- Academias de Artes Marciais **FECHADO**

### Hospitais e Laboratórios



- Hospitais em geral **ABERTO**
- Laboratórios de análises clínicas **ABERTO**

### Clínicas/Consultórios Médicos e Odontológicos



- Consultórios médicos **ABERTO**
- Consultórios de psiquiatria e psicologia **ABERTO**
- Consultórios odontológicos **ABERTO**

### Farmácias e Clínicas de Vacinação



- Farmácias **ABERTO**
- Clínicas de vacinação **ABERTO**
- Farmácias de manipulação **ABERTO**

### Clínicas e Consultórios Veterinários



- Consultórios veterinários **ABERTO**
- Hospitais veterinários **ABERTO**

### Petshops e Lojas Agropecuárias



- Petshops **ABERTO**
- Lojas de produtos agropecuários **ABERTO**

### Unidades da Segurança Pública - Delegacias e Procon



- Delegacias **ABERTO**  
*\*Somente para registros de crimes de furto e roubo de veículo, roubo, violência doméstica, estupro e cárcere privado, homicídio e feminicídio, autos de prisão em flagrante e crimes que necessitam de perícia.*
- Delegacia virtual **ACESSO ONLINE**  
*\*Registros de crimes de furto (exceto de veículos), desaparecimento de pessoas, perda ou extravio de documentos e acidente de trânsito sem vítima. Acesso pelo endereço: <https://raivirtual.ssp.go.gov.br/#/>*
- Procon Goiás **ABERTO**  
*\* Funcionando no Palácio Municipal Entre Rios, obedecendo ao horário de funcionamento do Executivo Municipal.*

### Cartórios Extrajudiciais



- Cartórios extrajudiciais **ABERTO**  
*\*Desde que observadas as normas editadas pela Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás.*

### Comércio e Prestação de Serviços em Geral



- Lojas comerciais **ABERTO**
- Comércio ambulante **PERMITIDO**
- Feirões de veículos **FECHADO**
- Leilões **FECHADO**
- Quiosques **FECHADO**
- Bancas **FECHADO**
- E-commerces **ABERTO**
- Empresas de energia elétrica **ABERTO**
- Empresas de saneamento **ABERTO**
- Empresas de telecomunicação **ABERTO**
- Agências bancárias e agências lotéricas **ABERTO**  
*\*Conforme estabelecido pela legislação federal.*
- Prestações de serviços em geral **PERMITIDO**
- Prestações de serviços essenciais à manutenção da saúde ou da vida humana e animal **PERMITIDO**

### Alimentação, bares e restaurantes



- Restaurantes em postos de combustíveis situados às margens de rodovia **ABERTO**
- Demais restaurantes e praças de alimentação **FECHADO**  
*\*Exceto por meio de sistema de entrega.*
- Cafés **FECHADO**  
*\*Exceto por meio de sistema de entrega.*
- Sanduicherias **FECHADO**  
*\*Exceto por meio de sistema de entrega.*
- Pizzarias **FECHADO**  
*\*Exceto por meio de sistema de entrega.*
- Pamonharias **FECHADO**  
*\*Exceto por meio de sistema de entrega.*
- Pit-dogs **FECHADO**  
*\*Exceto por meio de sistema de entrega.*
- Lanchonetes em postos de combustíveis situados às margens de rodovia **ABERTO**
- Demais lanchonetes **FECHADO**  
*\*Exceto por meio de sistema de entrega.*
- Bares/Botecos **FECHADO**  
*\*Exceto por meio de sistema de entrega.*
- Açaiterias **FECHADO**  
*\*Exceto por meio de sistema de entrega.*
- Sorveterias **FECHADO**  
*\*Exceto por meio de sistema de entrega.*

### Distribuidoras de bebidas



- Distribuidoras de água **ABERTO**
- Distribuidoras de bebidas **ABERTO**  
*\* Proibido o consumo de qualquer produto no local.*

### Shoppings, Centros Comerciais e Congêneres



- Galerias comerciais
- Camelódromos

FECHADO

FECHADO

### Parques e áreas de lazer



- Parques de exposições agropecuárias
- Parques estaduais
- Parques de recreações

FECHADO

FECHADO

FECHADO

### Feiras



- Feiras livres de hortifrutigranjeiros

ABERTO

*\*A partir de 6/4/2020, desde que observadas as boas práticas de operação, padronizadas pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sendo vedado o funcionamento de restaurantes e praças de alimentação, o consumo de produtos no local e a disponibilização de mesas e cadeiras aos frequentadores.*

- Demais feiras

FECHADO

### Supermercados



- Supermercados
- Mercenarias
- Hortifrutigranjeiros
- Padarias e Panificadoras
- Empórios

ABERTO

ABERTO

ABERTO

ABERTO

ABERTO

### Salões de beleza e Centros de Estética



- Salões de beleza
- Barbearias
- Clínicas de estéticas

ABERTO

ABERTO

FECHADO

### Estabelecimentos de Ensino



- Estabelecimentos de ensino público e privado

FECHADO

*\*Exceto para modalidade de ensino telepresencial ou para atividades administrativas.*

### Escritórios



- Escritórios de profissionais liberais

ABERTO

### Call Centers e Serviço de Internet



- Call Centers (geral)

FECHADO

*\*Exceto os serviços restritos à segurança, alimentação, saúde, telecomunicação e de utilidade pública.*

- Serviços de internet

ABERTO

### Agropecuária



- Lojas de peças
- Lojas de máquinas/ Implementos
- Oficinas mecânicas destinadas ao setor
- Lojas de insumos
- Lojas de produtos veterinários destinados ao setor

ABERTO

ABERTO

ABERTO

ABERTO

ABERTO

### Áreas Comuns de Condomínios



- Salões de festas
- Churrasqueiras
- Quadras esportivas
- Piscinas
- Academias
- Saunas

FECHADO

FECHADO

FECHADO

FECHADO

FECHADO

FECHADO

### Autopeças, Oficinas e Congêneres



- Autopeças **ABERTO**
- Oficinas mecânicas situadas às margens de rodovia **ABERTO**
- Demais oficinas mecânicas **ABERTO**
- Borracharias situadas às margens de rodovia **ABERTO**
- Demais borracharias **ABERTO**
- Lojas de pneus **ABERTO**
- Lavajatos **ABERTO**

### Transporte



- Transporte local ou intermunicipal de passageiros, individual ou coletivo, pela via terrestre, incluindo por aplicativos **PERMITIDO**
- Transporte interestadual de passageiros, individual ou coletivo, pela via terrestre, incluindo por aplicativos **PERMITIDO**
- Transporte aeroviário de cargas **PERMITIDO**
- Transporte terrestre de cargas **PERMITIDO**
- Transporte aeroviário de passageiros **PERMITIDO**

### Postos/Gás



- Postos de combustíveis **ABERTO**
- Distribuidoras de gás **ABERTO**

### Indústria



- Indústria em geral **ABERTO**
- Indústria de insumos/produtos essenciais à manutenção da saúde ou da vida humana e animal **ABERTO**
- Indústria de insumos para obras da construção civil relacionadas a energia elétrica, saneamento básico, hospitalares, penitenciárias, de infraestrutura do Poder Público e aquelas de interesse social **ABERTO**
- Indústria que esteja produzindo equipamentos e insumos para auxílio no combate à pandemia da COVID-19 **ABERTO**

### Hotelaria e Congêneres



- Alojamentos turísticos **FECHADO**  
*\*Para a entrada de novos hóspedes.*
- Hotéis e pousadas **FECHADO**  
*\*Exceto para hospedagem de todos aqueles que atuem na prestação de serviços públicos ou atividades privadas consideradas essenciais.*

### Presídios e Centros de Detenção



- Visitação às carceragens de estabelecimentos policiais **NÃO PERMITIDO**
- Visitação aos presídios municipais **NÃO PERMITIDO**
- Visitação aos centros de detenção para menores **NÃO PERMITIDO**

### Construção Civil



- Depósitos de materiais de construção **ABERTO**
- Ferragistas **ABERTO**
- Lojas de materiais elétricos/hidráulicos **ABERTO**
- Lojas de locação de máquinas/equipamentos **ABERTO**
- Prestação de serviços vinculados à reparos emergenciais (chaveiro, encanador, eletricista, etc) **PERMITIDO**
- Obras de construção civil **PERMITIDO**

### Serviços Funerários



- Casas de velório **ABERTO**
- Cemitérios **ABERTO**

Para se evitar consequências mais graves da disseminação do coronavírus é preciso atenção principalmente com os grupos de risco, como idosos e pessoas com problemas ou doenças respiratórias, mas também com os nossos hábitos. A legislação estadual prevê que todos os estabelecimentos que continuem em funcionamento promovam medidas para garantir que seus funcionários não fiquem expostos a riscos. **São elas:**

01

Recomenda-se autorizar o trabalho remoto, sistema de escalas, revezamento de turnos e alteração de jornadas dos funcionários, quando a atividade permitir, para reduzir fluxos, contatos e aglomerações de trabalhadores, consumidores e usuários;



02

Deve-se implementar medidas de higiene e garantir instrumentos adequados para cada função, orientando sobre as recomendações dos órgãos de Saúde;



03

Garantir a distância mínima de dois metros entre os trabalhadores, que pode ser reduzida para um metro se estiverem utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPI) que impeçam a contaminação;



04

Fazer a triagem dos funcionários que se encontram em grupos de risco para avaliar a necessidade de que eles suspendam suas atividades;



05

Obedecer às determinações das autoridades sanitárias de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população.



Mesmo com as medidas de isolamento e quarentena, os decretos do Governo de Goiás que estabelecem as áreas autorizadas a funcionar também definem que outras atividades são consideradas "atividades acessórias, de suporte, de manutenção, e de fornecimento de insumos necessários à continuidade dos serviços públicos e das demais atividades excepcionadas de restrição de funcionamento". Assim, elas também têm o seu funcionamento permitido.



Prefeitura Municipal de Ipameri

Prefeitura Municipal de Ipameri  
Secretaria Municipal de Saúde  
Núcleo de Vigilância Epidemiológica



**NOME EMPRESARIAL**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**TELEFONE:**

### **REQUERIMENTO**

Venho por meio deste requerer a Vossa Senhoria, na qualidade de comerciante/empresário, a autorização para o funcionamento deste(a) empresa/comércio, de acordo com o plano de enfrentamento à pandemia de COVID-19 que estamos passando.

### **PLANO DE AÇÃO PARA ABERTURA DO ESTABELECIMENTO**

1. Abrir apenas 01 porta;
2. Evitar aglomeração no interior e fora do estabelecimento;
3. Fornecer obrigatoriamente ÁLCOOL 70% na entrada do estabelecimento;
4. Manter a sinalização em área externa o espaçamento de 02 em 02 metros por pessoa, que é de responsabilidade do estabelecimento;
5. Sinalizar com fita zebra o isolamento com espaço mínimo de 1 metro antes do balcão de vendas;
6. Higienizar o estabelecimento diariamente com água sanitária;
7. Higienizar todas as superfícies de uso comum do estabelecimento com álcool a 70% (setenta por cento) e/ou água sanitária a 1% (um por cento) 03 (três) vezes ao dia;
8. Todos os funcionários deverão, obrigatoriamente, fazer uso dos EPIs, seguindo as recomendações do Ministério da Saúde;
9. Aos funcionários será obrigatório a adoção de etiqueta respiratória, assim como a orientação aos clientes no interior do estabelecimento quanto as boas práticas de higiene.

**OBS.:** O presente documento deverá ser entregue em duas vias de igual teor no Departamento de Vigilância Sanitária.

Data:

Responsável pela empresa e CPF/RG:



Prefeitura Municipal de Ipameri

Prefeitura Municipal de Ipameri  
Secretaria Municipal de Saúde  
Núcleo de Vigilância Epidemiológica



**NOME EMPRESARIAL**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**TELEFONE:**

### **REQUERIMENTO**

Venho por meio deste requerer a Vossa Senhoria, na qualidade de comerciante/empresário, a autorização para o funcionamento deste(a) empresa/comércio, de acordo com o plano de enfrentamento à pandemia de COVID-19 que estamos passando.

### **PLANO DE AÇÃO PARA ABERTURA DO ESTABELECIMENTO**

1. Abrir apenas 01 porta;
2. Evitar aglomeração no interior e fora do estabelecimento;
3. Fornecer obrigatoriamente ÁLCOOL 70% na entrada do estabelecimento;
4. Manter a sinalização em área externa o espaçamento de 02 em 02 metros por pessoa, que é de responsabilidade do estabelecimento;
5. Sinalizar com fita zebra o isolamento com espaço mínimo de 1 metro antes do balcão de vendas;
6. Higienizar o estabelecimento diariamente com água sanitária;
7. Higienizar todas as superfícies de uso comum do estabelecimento com álcool a 70% (setenta por cento) e/ou água sanitária a 1% (um por cento) 03 (três) vezes ao dia;
8. Todos os funcionários deverão, obrigatoriamente, fazer uso dos EPIs, seguindo as recomendações do Ministério da Saúde;
9. Aos funcionários será obrigatório a adoção de etiqueta respiratória, assim como a orientação aos clientes no interior do estabelecimento quanto as boas práticas de higiene.

**OBS.:** O presente documento deverá ser entregue em duas vias de igual teor no Departamento de Vigilância Sanitária.

Data:

Responsável pela empresa e CPF/RG: